

A CONDIÇÃO DAS MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO DO ASSENTAMENTO PAPA MEL, UNAÍ-MG

THE CONDITION OF WOMEN IN PUBLIC SPACE OF THE PAPA MEL SETTLEMENT, UNAÍ-MG

Dálcio Rosário ALVES¹

¹ Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação -(POGE)- Universidade de Brasília (UNB), Especialista em Supervisão Escolar (2005) e Pedagogia empresarial (2004), Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ), e Inspeção Escolar- (2004) pela Faculdade da Região dos Lagos (Ferlagos). Licenciado em Pedagogia - Orientação Educacional, pela Fundação Educacional de Machado - MG. Professor efetivo (licenciado) pela rede Municipal de Ensino SEMED Unaí MG. Supervisor Escolar (coordenador pedagógico) , Diretor Escolar pela rede Estadual de Ensino SEE- MG. Professor universitário pela rede CENECISTA , ministrando aulas no curso de pedagogia CNEC- Unaí- MG. E-mail: dalciorosario@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho estuda a inserção das mulheres trabalhadoras rurais na luta pela terra no processo de ocupação, desapropriação e construção do Assentamento Papa Mel, no município de Unaí-MG. A análise incide sobre o desvelamento dos determinantes que levaram as mulheres trabalhadoras rurais, após a conquista da terra, voltarem-se para o espaço doméstico e/ou assumirem cargos de menor relevância nas organizações políticas do assentamento. A metodologia aplicada para a coleta de informações foi à realização de entrevistas com 10 mulheres do PA, sendo duas líderes, (2) duas mães de estudantes do Ensino Infantil e Ensino Fundamental I, (3) três mães do Ensino Fundamental II e (2) duas mães do Ensino Médio. Para aprofundar as discussões sobre essa pesquisa, dialogamos com Araújo (2004), Abramovay e Rua (2000), Oliveira (2003), Torres Filha (2002), dentre outros, que trazem considerações pertinentes a respeito da condição de trabalho, especialmente das mulheres e igualdade de direitos. Observou-se que apesar do protagonismo das famílias, em especial das mulheres no assentamento, elas ainda vivenciam condições sociais, econômicas, políticas e culturais desiguais em relação aos homens, expressando as desigualdades de gênero presentes no cotidiano do assentamento: na associação, no trabalho doméstico e agrícola. A participação política no desenvolvimento das lutas propicia às mulheres se descobrirem e iniciarem um processo de libertação enquanto gênero. Há sinais de continuidades e rupturas da cultura vigente, quase sempre impulsionada pela organização das mulheres trabalhadoras do campo.

Palavras chaves: Assentamento Papa Mel. Gênero. Trabalhadoras do campo.

ABSTRACT: This paper aims to study the insertion of rural working women in the struggle for land in the process of occupation, expropriation and construction of the settlement Papa Mel, in the district of Unaí-MG. The analysis focuses on the unveiling of the determinants that led rural working women, after land conquest to turn themselves to the domestic space and / or to assume inferior duty positions in the settlement's political organizations. The methodology applied to gather information, was to conduct interviews with 10 women from the PA, being two leaders, (2) two mothers of elementary and high school students, (3) three mothers of middle school and (2) two high school mothers. To deepen the discussions about this research, we dialog to Araújo (2004), Abramovay and Rua (2000), Oliveira (2003), Torres Filha (2002), Foucault (2002), among others, who bring pertinent considerations about work conditions, especially related to women as well as equal rights. Despite the protagonism of families, especially from women in the settlement, they still experience unequal social, economic, political and cultural conditions in relation to men, expressing the gender inequalities present in the daily life of the settlement: in the association and at domestic and agricultural work. Political participation in the development of struggles, enables women to discover and initiate a liberation process as a gender. There are signs of continuity and rupture of the present culture, promoted by the organization of working women in the countryside.

Keywords: Settlement Papa Mel. Genre. Field workers.

INTRODUÇÃO

A pesquisa buscou apreender e analisar a inserção das mulheres trabalhadoras do Movimento do Sem Terra (MST) no processo de luta pela terra e sua participação na construção de melhorias na educação e na qualidade de vida das famílias do assentamento Papa Mel, no município de Unaí-MG. Para tanto se rastreou a trajetória das mais de 20 famílias de trabalhadores rurais do assentamento Papa Mel, que lutam pela cidadania através da conquista da terra. No processo, as mulheres exerceram papel relevante desde o início do conflito, quando ocorreu a ocupação, e ainda depois, durante a constituição

e o desenvolvimento do assentamento Papa Mel. Apesar do protagonismo das famílias, em especial das mulheres no conflito do PA Papa Mel, essas trabalhadoras ainda vivenciam condições sociais, econômicas, políticas e culturais desiguais em relação aos homens, expressando as desigualdades de gênero presentes no cotidiano do assentamento: na associação, no trabalho doméstico e agrícola do local.

A organização e a luta pela conquista da terra são geradas em torno da existência de uma identidade social uma situação de vida que é comum a esses trabalhadores. E é essa condição de igualdade que os faz se reconhecerem como atores de uma mesma realidade e de um mesmo

passado, forjando na luta a tentativa de tornar possível o resgate de suas raízes e de tornar real o seu sonho de uma vida mais digna. São homens e mulheres vindos de muitos lugares, os quais se despertaram do seu casulo, se reconheceram enquanto integrantes de uma luta e, engajados na busca por um futuro mais digno, tornaram-se sujeitos sociais coletivos, modificando a sua história e a da sociedade, deixando suas marcas para sempre na história.

Com ampliação do capital no campo, sob assistência/proteção do programa modernizador da agricultura implementado pelo regime militar, intensificaram os conflitos fundiários, a expropriação e a violência sobre vastos segmentos dos trabalhadores/as rurais. A propriedade privada capitalista, caracterizada pelo latifúndio, recebeu um investimento financeiro, fiscal, tecnológico e industrial, expandindo a agropecuária e os complexos agroindustriais, como assinala Delgado (1985), para quem é fenômeno também presente na realidade potiguar. Por outro lado, esse processo gerou um provisório de trabalhadores rurais sem terra (posseiros, meeiros, foreiros, arrendatários, pequenos proprietários rurais), bem como um enorme procedimento de assalariamento. Contudo, algumas lutas são significativas da história da organização dos trabalhadores/as rurais do PA Papa Mel, como no Noroeste e no conjunto do País, a partir da segunda metade da década de 1970, e com mais força nos anos 1980.

Na região do noroeste mineiro a situação não é nada diferente do resto do País, haja vista que em meados de 1970, com a expansão do agronegócio nos anos 1980, várias empresas do ramo do agronegócio empurraram a classe trabalhadora do campo para as margens dos grandes centros urbanos. Se por um lado, o

sonho do desenvolvimento chegou ao campo, trazendo falsas impressões de esperança em dias melhores para suas famílias, por outro lado, os pequenos produtores rurais e as suas limitações da produção da agricultura familiar tiveram que se render aos subempregos oferecidos pelas grandes cooperativas oriundas do Sul do País.

No cenário das lutas sociais rurais, a participação das mulheres está ligada às condições de vida no campo e, geralmente, tem início com o enfrentamento dos/as trabalhadores/as nos conflitos de terra, contra a grilagem de suas terras (exemplo dos posseiros), contra a construção de barragens, por escola, transporte escolar, entre outras lutas. É na ação política que a mulher inicia uma reflexão da sua condição e do seu papel na luta pela terra e no assentamento. A partir do ajuntamento de experiências apreendidas nas lutas, as mulheres vão ocupando os espaços públicos, dando lugar a um processo de organização e de visibilidade da questão de gênero em um espaço ocupado por homens.

Dessa maneira, a pesquisa procura analisar como se desencadeou a participação das mulheres na luta pela terra e no processo de constituição e desenvolvimento do assentamento Papa Mel: as violências sofridas pelo conjunto dos trabalhadores, em especial as mulheres, durante o enfrentamento existente; como as mulheres reagiram ao processo e às estratégias de sobrevivência e mecanismos que viabilizaram a conquista da terra; os parceiros e aliados durante o confronto. E após a conquista, é interessante saber como as mulheres exercem a participação na dinâmica do assentamento.

1. A INCLUSÃO DAS MULHERES NO AMBIENTE DO ASSENTAMENTO PAPA MEL

Consideramos pertinente iniciar esse tópico fazendo alguns questionamentos: qual o lugar as mulheres trabalhadoras rurais na fase de construção do assentamento? Quem participa das diversas atividades inerentes ao processo de construção e desenvolvimento do assentamento? Em quais condições participam as mulheres? A participação das mulheres é igual ou diferente em relação à participação dos homens? Pode-se afirmar que a vivência no assentamento é permeada por um conjunto de relações sociais presentes na família, na escola, no trabalho da agricultura, na associação e na comunidade local e demais comunidades da região não pertencentes ao assentamento.

Ao fazer a análise da inserção das mulheres

no momento de construção do assentamento e após a conquista da terra/lote, cabe observar as suas condições de escolaridade, trabalho e renda em relação aos homens. Procedente, na sua maioria, do assentamento Papa Mel, as mulheres desta pesquisa encontram-se na faixa etária de 25 e 65 anos, umas com um filho e outras com números entre 3 e 5 filhos. Os dados da pesquisa no assentamento Papa Mel revelaram que as mulheres trabalhadoras rurais tiveram mais oportunidades de escolarização em relação aos homens, tendo um maior grau de instrução, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: Escolaridade no Assentamento Papa Mel

Grau de Instrução	Homens (%)	Mulheres (%)
Analfabetos	-	-
Ensino Fundamental I: 1ª a 5ª série	25,2%	10,1
Ensino Fundamental II: 6ª a 9ª série	28,5%	14,2
Ensino Médio: 1ª, 2ª e 3ª	44,2%	63,7
Ensino Superior	2,1	12

Fonte: Levantamento de dados realizado pelo pesquisador no assentamento Papa Mel.

O quadro expressa que as mulheres do assentamento Papa Mel são mais escolarizadas que os homens em todos os níveis de instrução, com evidência para o Ensino Médio, que atinge 63,7%. Essa realidade tem proporcionado às mulheres maiores oportunidades de trabalho em outros ramos da economia, com atividades de maior qualificação: professora, servidora pública, agente de saúde, bibliotecária, etc. Nesse sentido, é representativa a evidência que a Escola do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental no Distrito de Boa Vista, do Bairro Mamoeiro, às

profissionais mulheres da própria comunidade (diretora, professoras, merendeiras, secretária, auxiliar de serviços gerais). Vale salientar que os homens e os rapazes se dedicam quase que exclusivamente às atividades agrícolas/lavouras, sendo difícil assumirem outras responsabilidades no desenvolvimento do assentamento. Ademais, um grande número deles acompanha as aulas à noite na Educação de Jovens e Adultos, ainda que se observe o quão difícil é a permanência dos homens na escola.

A experiência revelada no assentamento

Papa Mel não é um caso isolado. Uma pesquisa da Unesco (2000) sobre a ocupação das mulheres de acordo com sua escolaridade, realizada em assentamentos rurais no Brasil, revelou que quanto maior a educação, menos as mulheres trabalham em serviços domésticos e em atividades ligadas à terra. Enquanto a maioria das mulheres analfabetas ou com ensino rudimentar se ocupa da casa (38%) e da agricultura, pecuária ou pesca (59%); o percentual das que realizam os mesmos trabalhos cai bastante entre aquelas que concluíram o ensino médio ou superior (25,5% e 32,5%) [...] quase 100% dos homens analfabetos ou com ensino rudimentar trabalham em atividades agropecuárias ou na pesca. Esse percentual cai à medida que aumenta a escolaridade, ficando em 78% entre os que estudaram até o ensino médio ou superior.

O número de mulheres no Ensino Fundamental II (14,2%) e daquelas que detêm apenas o Ensino Fundamental I (10,1%) no assentamento Papa Mel expressa as dificuldades de as mulheres continuarem seus estudos devido a vários fatores, o que esclarece um quesito mais profundo. Historicamente, se a essa gente é contraditório o direito à vida à medida que lhes é negado o direito ao acesso a terra, o não acesso às políticas públicas e sociais, educação de qualidade, que deveriam vir junto com a desapropriação, é uma realidade concreta na vida de homens e mulheres assentadas.

Nessa perspectiva, chama atenção o fato de as mulheres serem mais escolarizadas que os homens. É que os pais tiram os rapazes, ainda jovens, da escola para mantê-los no trabalho agrícola, uma vez que seriam imprescindíveis ao sustento da família. Muitas vezes passam a estudar à noite, o que, no contexto em questão,

não oferece as mesmas condições, e o cansaço é muito maior, reduzindo seu aproveitamento e fazendo-os desistir dos estudos. Para as jovens moças, a força de trabalho é considerada essencial, desconceituada e na maioria das vezes sem ordenado/salário. A maioria se dedica ao serviço doméstico em um horário e à escola no outro, sendo que algumas estudam à noite na EJA.

A hegemonia nos assentamentos mostra que as camadas menos favorecidas que vivem no meio rural têm sido privadas do acesso às políticas públicas, dado um pernicioso processo de crescimento capitalista excludente a que foram dominadas. Na atual situação estão os direitos básicos para o desenvolvimento à educação, que tem sido contestado, provocando e perpetuando a existência de uma população com baixo índice de rendimento escolar no ensino fundamental no assentamento do PA Papa Mel e por todo o País. Araújo (2004, p. 172), ao analisar essa questão, enfatiza que:

[a]s relações de poder econômico e político, que historicamente fortalece a concentração de terra, riqueza e bens simbólicos, produzem e reproduzem a pobreza, se faz acompanhar de uma cultura política preconceituosa que não apenas naturaliza a pobreza, mas também nega o acesso a políticas públicas como direito de todo cidadão. Para os “pobres, políticas pobres”. A naturalização do analfabetismo das camadas populares, particularmente aquelas do meio rural, tem sido uma dessas marcas.

Historicamente, nessa possibilidade, a

própria educação no meio rural reproduz as desigualdades de gênero, devido à estrutura social, política e cultural da sociedade. A educação formal, elitista, seletiva e excludente, em grande medida, não contempla a cultura das classes que sofrem opressão no meio rural, nem inclui uma aprendizagem que busque o desenvolvimento humano com igualdade/equidade de gênero.

Os dados da PNAD/IBGE (2017) mostram que o setor da agropecuária tem a mais baixa escolaridade de todos os ramos da economia brasileira: apenas 16,5% dos homens rurais são escolarizados e 26% das mulheres rurais tiveram acesso à escola. Isso tem um impacto significativo na vida das camadas menos favorecidas do meio rural, excluídas do processo de desenvolvimento tecnológico e pensamento científico do mundo contemporâneo que exige uma agricultura cada vez mais conectada com os avanços da ciência, incidindo na baixa qualidade de vida nos assentamentos e nas comunidades rurais. Nesse sentido, observa-se como essa exclusão reproduz e aprofunda as desigualdades sociais.

Diante desse panorama de contradição do direito à educação, o MST e outros atores sociais comprometidos com os movimentos sociais rurais propõem e reivindicam uma política educacional voltada para a formação e profissionalização de homens e mulheres do campo, “compreendendo esse espaço como de vida, de produção de saberes e conhecimentos” (PAIVA, 2004, p. 104).

Nesse cenário surge e se consolida, a partir de 1998, o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera), que estabelece nos movimentos sociais que participam da elaboração dos seus objetivos, programas pedagógicos com currículos adaptados, avaliações periódicas, construções teóricas e metodológicas para a

época e uma nova forma para ensinar. Esse programa é desenvolvido em todas as regiões do País com cursos de Educação de Jovens e Adultos; Ensino Médio em Agropecuária e Ensino Superior em Pedagogia da Terra, entre outros.

Na dinâmica do Programa, os sujeitos sociais elaboram conhecimentos que são apropriados e formam os próprios sujeitos que, ao serem constituídos, se apõem aos papéis sociais e a lógica de dominação. É desse processo que deriva a função educativa dos movimentos sociais; os cursos, de EJA ou de nível superior, tornam-se espaços por excelência de um aprendizado político e social. Os fenômenos discursivos e político tornam-se, para os indivíduos que deles participam referência tanto objetiva quanto subjetiva. Objetiva quanto à estrutura de condução de suas ações, e subjetiva, como suporte de sustentação de seu modo de agir, por sentimentos e emoções, medos; enfim, nas relações afetivas, envolvendo todas as esferas de valores normativos e éticos (PAIVA, 2004, p. 105).

As dificuldades das condições de vida são expressas principalmente no mundo do trabalho, particularmente no que se refere à jornada de trabalho das mulheres. A própria luta pela terra é a luta pelo trabalho e educação. No sentido mais amplo, as mulheres do assentamento Papa Mel entregam um quadro revelador de sua jornada no cotidiano no assentamento. Aceitam as atividades

domésticas e as tarefas na agricultura, além dos cuidados com os filhos/as. O decorrer da rotina de Dona Bia expressa a invisibilidade do seu trabalho na agricultura, apresentando uma concepção construída social, cultural e historicamente:

Eu aqui mesmo eu só faço colher. Nico planta feijão, milho [...] Eu vou assim quando é pra colher, pra comer. Sabe por que eu não vou? Porque tem muito trabalho de casa e não dá, meu trabalho é só em casa e vou também plantar, agora, limpar de enxada eu não vou mais mesmo (Bia, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 09/11/2017).

As exposições de Sandra e Rosilda também revelam uma cultura que foi imposta e disseminada social e historicamente pela sociedade, na medida em que o trabalho da mulher na agricultura é caracterizado como ajuda ao marido/esposo. Isso não é apenas uma realidade do assentamento Papa Mel, senão de todo o mundo do meio rural.

Só trabalho em casa e muito, vivo doente, sinto muita dor nos braços e nas costas, cansaço nas pernas de tanto lutar e sofrer no meio do mundo, mas aqui se a gente puder vai ajudar o marido/ esposo, lá se planta o milho, um feijão, além da banana, uma mandioca, uma batata doce, planta um coentro, salsa uma cebolinha e ate a outra cebola, pra gente comer em casa mesmo. (Sandra, assentada, entrevista realizada em

sua casa no assentamento Papa Mel, em 09/11/2017). Umas na roça e outra é em casa. Eu trabalho em casa e na roça, eu não paro não (Rosilda, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 09/11/2017).

Os relatos acima são depoimentos que revelam muito além da dura realidade das mulheres no assentamento. Consideram a centralidade do trabalho doméstico no cotidiano das mulheres do assentamento Papa Mel, o que remete ao debate da divisão sexual do trabalho, que separa o que são tarefas produtivas e reprodutivas de acordo com o sexo, a exemplo do que pertence ao homem de maior valor econômico e social contemporâneo. “Ela [a mulher] se reproduz em uma divisão entre produção, considerada função e território masculino, e a reprodução, a produção dos seres humanos e do sistema que os mantém em relação, função e território feminino” (NOBRE, 2004, p. 61-62).

Nobre (2004, p. 63), ao analisar a desvalorização do trabalho feminino, assinala algumas explicações: o valor do trabalho não seria intrínseco a ele, mas relacionado ao valor, ao reconhecimento social de quem o faz; a exemplo da definição de trabalho leve e trabalho pesado para tarefas semelhantes, sendo leve sempre o que é realizado por mulheres e pesado o que é executado por homens.

A separação de gênero do trabalho e o não compartilhamento das responsabilidades familiares limitam as possibilidades das mulheres no acesso a novas informações e tecnologias, bem como a novas oportunidades de trabalho, inclusive no mundo rural, apesar de serem mais

escolarizadas que os homens. As riquezas são criadas tanto pelo trabalho produtivo quanto reprodutivo, um depende do outro.

É justo então, procurar tirar o trabalho reprodutivo da invisibilidade socialmente a que está afastado e atribuir-lhe o valor social e econômico que vale “[...] Nada mais antiético, porque significa que a divisão entre produção e reprodução, está promiscuamente ligada à atribuição dos papéis femininos e masculinos socialmente construídos, valorizando um em detrimento do outro” (FONSECA, 2004, p. 122).

Historicamente foi dada à mulher a tarefa da reprodução de ser familiar: cuidar dos filhos/as e netos/as, cuidados com a casa, limpeza, lavar a roupa, fazer a comida, cuidar dos idosos/as e doentes. Os saberes diferenciam os papéis e as tarefas por sexo, assim, intensificando ou penalizando certas atitudes. Esses papéis são transmitidos pela família e pelo conjunto de instituições através das gerações, mediante o processo de socialização. No meio rural, em que pesem algumas individualidades, presencia-se a produção e reprodução dessa cultura. A exposição das mulheres entrevistadas aponta essa direção, conforme assinala Dona Sandra de Tião:

Quando comecei aqui, eu ia pro roça, adubava a Terra para a plantação de bananeira, fazia horta, plantava pimentão, cebola, coentro, tudo eu plantava [...] as vezes eu num vou não porque tem as meninas com os meninos aqui, elas saem pra trabalhar e eu fico tomando de conta da casa e dos meninos (Sandra de Tião, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em

09/11/2017).

Nessa entrevista com Dona Sandra de Tião fica em evidência o excesso de trabalho de muitas mulheres do assentamento Papa Mel, na medida em que, além de assumirem as tarefas domésticas e o trabalho agrícola da lavoura, assumem também os/as netos/as para que seus filhos/as possam trabalhar em outras localidades. Toda a realidade requer uma compreensão mais profunda acerca da contradição dos direitos sociais básicos no assentamento. Sem as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, o que é expresso aqui na ausência de uma creche, fica exclusivamente para a mulher as tarefas de educar filhos/as e netos/as em tempo absoluto e de maneira integral. Portanto, a realidade da mulher trabalhadora rural do assentamento Papa Mel não é um problema isolado, senão comum ao mundo rural, uma vez que, segundo Abramovay e Rua (2000, pp. 169-170),

[o] fato de as mulheres serem responsáveis pela criação dos filhos, responsabilizando-se vitalmente pelo cuidado da família é tido como comum e normal. Da mesma maneira, o trabalho nas atividades de consumo familiar é visto pela sociedade como naturalmente fora do mercado, gratuito, não remunerado, porque envolve relações afetivas entre mulher e os demais familiares.

Algumas dessas situações não retribuem apenas ao mundo do meio rural. Diversos estudos mostram que há uma questão mais compreendida que atinge mulheres urbanas e rurais. Oliveira

(2003), ao analisar a condição de trabalho das mulheres urbanas, ressalta que elas invadiram o espaço público do mundo do emprego, no entanto não foi resolvida a socialização das responsabilidades domésticas. É indispensável, pois, uma “reorganização do período”. O autor explicita que a migração da vida controversa ao espaço público está de certa forma, inviabilizando a manutenção das estruturas costumeiras da família, o que passa pela ociosidade sobre a presença da mulher na moradia.

A presença maciça das mulheres no mundo do trabalho foi para elas uma transgressão; para os homens, uma concessão. Ao entrarem no mundo do trabalho como transgressoras e devedoras a quem a sociedade fazia um favor, não ousaram, não puderam ou não souberam negociar o tempo que dedicam à vida privada. Esse tempo que ninguém computa, que as contas públicas desconhecem, mas que garante a preservação da vida, sobretudo dos mais frágeis, crianças e idosos, e a manutenção de um espaço protegido, onde os gestos se fazem e se retribuem por carinho (OLIVEIRA, 2003, pp. 20-22).

A análise de Oliveira (2003) sobre a inclusão das mulheres urbanas no mundo do trabalho se aplica à realidade das mulheres trabalhadoras rurais do campo? Provavelmente, pois há particularidades e diferenciações, mas também uma irrecusável identidade. As mulheres, independentemente do espaço geográfico em que então inseridas, estão submetidas à mesma cultura que construiu socialmente a diferenciação dos papéis e lugares de homens e mulheres em todos os aspectos da vida: no trabalho, na educação, na sexualidade, entre outros.

No meio do mundo rural, especialmente no que tange às classes secundárias, o trabalho

feminino de assentadas não têm valor comercial algum, sendo reduzido à noção de cooperação. Há um grande número de mulheres trabalhadoras rurais que fazem tarefas na agricultura sem nenhum salário/ordenado, aparecendo como auxiliares dos homens na labuta para preparar a terra e em todos os serviços necessários de aspectos para manter a sobrevivência família.

Em um trabalho de pesquisa realizado por Torres Filha (2002), há a análise da agricultura familiar de trabalhadoras rurais na comunidade no Estado do Rio Grande do Norte, o que representa a mesma realidade das mulheres assentadas no assentamento Papa Mel. As mulheres assumem predominantemente o trabalho doméstico, sendo o trabalho na agricultura considerado como um acréscimo ao trabalho executado pelos homens, apesar de assumirem uma série de atividades produtoras de mercadorias, cuja renda contribui para o sustento da família. Nesse sentido, assinala a autora:

Para as mulheres agricultoras, o que é chamado cuidar de casa esconde o trabalho na roça, a produção do artesanato, o cultivo de horta e a criação de animais, atividades essas que produzem mercadorias, cuja venda contribui para o sustento da família [...] Nos depoimentos percebe-se que as mulheres foram enculturadas a aceitar como normal e corriqueira a situação de diferenciação entre os sexos, em que elas na maioria das vezes são as menos favorecidas. Elas acham que os homens trabalham demais, chegam cansados em casa, querem o comer pronto, casa limpa,

roupa lavada, o universo doméstico tem que estar na mais perfeita ordem [...] A mulher, por influência social, passa a identificar a casa como local de descanso, percebendo seu trabalho doméstico como leve, já que o mesmo é realizado num local caracterizado culturalmente como de descanso [...] A maioria das mulheres veem o trabalho da roça exercido e realizado pelo homem como o verdadeiro trabalho (TORRES FILHA, 2002, pp.100-104).

Compreende-se que as tentativas das mulheres trabalhadoras rurais do assentamento Papa Mel e também das outras mulheres que se reúnem mensalmente de outros assentamentos não constituem casos isolados. Essas estão subordinadas a uma cultura com seguimento de traços patriarcais que, segundo alguns estudiosos, tende a ser maior no Norte /Nordeste brasileiro. As mulheres trabalhadoras tendem a passarem por frágeis circunstâncias de vida e de trabalho oneroso, bem como não acesso às condições dignas de subsistência, o que também agrava a diversidade de gênero. Contudo, as mulheres têm uma jornada de trabalho na lavoura/roça e não deixam de executar as tarefas domésticas, acordam bem mais cedo, determinam os afazeres matinais, deixam à casa organizada e o almoço preparado, o que em muitos casos repassam para as filhas mais velhas. Isso corrobora a cultura existente e a ideia de que o trabalho braçal na lavoura executado pelas mulheres não é reconhecido, nem gerado como trabalho no cotidiano. Na grande maioria, as mulheres entendem que só ajudam ao marido/esposo no trabalho na lavoura, na retirada do leite e em outros afazeres, sendo os homens/ esposos

e os filhos quem trabalham de fato.

A representatividade dos dados existentes sobre o trabalho das mulheres assentadas, como também o que revelam próximo da importância, invisível e gratuidade do trabalho realizado por trabalhadoras rurais. (2016) revelam que o número de mulheres ocupadas na agropecuária sem remuneração chega a 52%, enquanto que os homens correspondem a 22%. Outro dado significativo refere-se ao número de mulheres envolvidas na produção de subsistência, chegando a 84,5%, o que revela o grande peso do trabalho das mulheres na agricultura familiar procedente principalmente da produção da economia de subsistência.

Esse último dado sugere que o trabalho realizado pelas mulheres do assentamento rural é visto como uma extensão do seu papel de mãe, esposa e dona de casa, que tem a responsabilidade pela reprodução da família mascarando o seu trabalho na agricultura familiar, principalmente no cultivo de hortaliças e fruteiras nas proximidades da casa e a dupla jornada de trabalho: doméstico e na lavoura, em parte da agricultura. Das mulheres que são empregadas nas zonas urbanas, que têm que sair de casa para trabalhar, apesar de também enfrentarem as mesmas consequências das desigualdades de gênero e com a dupla jornada de trabalho, no meio rural é difícil separar o trabalho realizado por “elas” na horta, no quintal, na lavoura, nos afazeres domésticos do cotidiano.

Ainda sobre os dados da IBGE (2016), pode-se analisar que as atividades que detêm maior valor econômico na agricultura são executadas pelos homens, enquanto aquelas atividades de menor importância na economia são executadas pelas mulheres. A tabela abaixo é, nesse sentido, representativa:

Tabela 2: Pessoal Ocupado por Atividade na Agropecuária

Atividade	Homem (%)	Mulher (%)
Lavoura	74%	26%
Pecuária	85%	15%
Aves e Pequenos Animais	14%	86%
Horticultura	52%	48%
Silvicultura	93%	7%
Apicultura	91,5%	8,5%

Fonte: Dados da EMATER/2016

Nota-se que há uma clara categoria sexual do trabalho no assentamento. As atividades econômicas que as mulheres estão envolvidas são diretamente ligadas às tarefas domésticas e são as mais desvalorizadas economicamente. Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2015/2016, a lavoura e a pecuária são responsáveis aproximadamente por 84% do valor total da produção agropecuária do País e são exatamente as atividades de maior ocupação por sexo masculino (74% e 85%, respectivamente). Ao passo que a criação de aves e de pequenos animais responde por apenas 12,5% do valor total e é uma atividade predominantemente do sexo feminino (com 86%). Esse dado chama a atenção para o fato do trabalho da mulher não ser valorizado pelo companheiro; o sentido de “auxiliar” está impregnado tanto no imaginário das mulheres como no dos homens.

Muitas aqui nem todas só cuidam de casa e algumas ajudam o marido na lavoura/roça, muitas aqui trabalham com o marido e outras só mesmo dentro de casa, até porque não tem um trabalho assim só pra mulher e a gente necessita muito. Se tivesse um trabalho pra gente trabalhar e ajudar o marido/esposo, assim só na lavoura mesmo (Izilda/ Nega,

assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 17/07/2017).

A exposição da ajuda/auxílio está presente nas falas de homens e mulheres no assentamento Papa Mel. Para a grande maioria dos homens as responsabilidades econômicas são deles e se justificam na convicção da inexperiência física das mulheres, embora elas realizem todo tipo de trabalho no assentamento. Historicamente, a cultura patriarcal espalhada através das gerações tem contribuído para que esse lugar comum seja também naturalizado pelas mulheres, quando não respeitado o compartilhamento das responsabilidades na produção da renda familiar, fazendo com que o trabalho das mulheres seja inferiorizado. Ressalta-se que também o acesso ao saber não garante as inquietações em relações desiguais existente de gênero e da cultura paternalista. Contudo, o cotidiano das mulheres no assentamento revela seu envolvimento nas atividades agrícolas/lavouras juntamente com seus maridos, conforme expressam em seus discursos:

Algumas mulheres por aí que andam nas carroças e nas motos mais os homens, é tirando bananeira, capim, é cortando capim para fazer a ração

pro gado, inda vai lá junta milho. As mulheres trabalham igual os homens. Tem umas que ainda não conhece bem o lote de trabalho dos homens, mas é uma raridade, são poucas mulheres. Mas a maioria das mulheres trabalha que nem homem, ajuntando na roça, desfolhando bananeira, limpando o roçado; a mulher aqui num brinca não [...] Tem mulher que faz lá no serviço que nem um homem e quando chega ainda vai fazer o de casa as vezes fico muito cansada, mas já costumei até com as dores que sinto (Elisa, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 20/07/2017).

As falas deixam claro que existe um controle dos recursos financeiros provenientes da produção agrícola do lote. Esse fica, na maioria das vezes, sob a responsabilidade voltada para o homem, que detém a gestão do dinheiro, o custeamento da conformidade produtiva familiar, a decisão dos projetos produtivos, as comercializações/vendas com os órgãos públicos e a comercialização dos produtos colhidos. O depoimento de Maria é representativo, expressando uma vontade de possuir recursos para suprir suas necessidades específicas. Isso demonstra, especialmente, o lugar secundário que é constrangido à mulher quando se trata do mundo de realizações dos negócios ou do espaço público.

As mulheres trabalham mais em casa e os maridos vão pra roça. Eu trabalhei tanto depois que cheguei aqui, que a sustança que eu tinha antigamente,

hoje em dia eu não tenho mais não, acabou sinto enfraquecida. Se minha sustança, minhas forças todinha que eu tinha é por isso que eu nunca mais fui pra roça, agora trabalho só em casa mesmo e muito. Se eu fosse mais jovem, mais nova como eu era, ia arrumar era um emprego pra mim na cidade ou na escola na limpeza, porque eu tenho vontade de comprar minhas coisinhas, mas num tenho emprego, num tenho nada pra comprar minhas coisinhas, mas se eu tivesse e fosse mais nova ia arrumar era um empreginho em Unaí no Mamoeiro ou Boa Vista na escola de limpar já tava bom demais pra mim trabalhar (Maria, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 25/07/2017).

Nesse depoimento também fica clara a desvalorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres no espaço da casa e no lote/ roça. A jornada de trabalho, que na maioria das vezes é dupla, e a falta de salário e reconhecimento pelas suas atividades ocasiona uma baixa autoestima por não ter tempo, nem dinheiro necessário para o cuidado pessoal. Na fala da entrevista fica perceptível que, se a mulher trabalhadora rural/roça pudesse optar por trabalhar fora de casa ou continuar no espaço doméstico, mas com valor que merece, provavelmente escolheria uma profissão que possibilitasse outras oportunidades e recursos financeiros para cobrir suas necessidades pessoais e familiares. “Ao longo da história da humanidade as tarefas domésticas são ignoradas porque estão fora do circuito comercialmente e reproduzem a

divisão sexual e social do trabalho, que segmenta as atividades produtivas e reprodutivas". (ABRAMOVAY; RUA, 2000, p.168).

2. AS MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO DO ASSENTAMENTO PAPA MEL

A associação do Assentamento Papa Mel é composta por um grupo de 16 pessoas, distribuído entre Diretoria e Conselho Fiscal e suplente. A assembleia de associados/as é o órgão máximo de decisão do assentamento, sendo convocada sempre que necessário pela diretoria da associação, geralmente em horários que possibilitem a participação das famílias assentadas em que as mulheres têm grande participação.

As mulheres participam ativamente no momento do acampamento e do assentamento, ocupando muitas vezes posição estratégica, enfrentando a violência policial etc. Enfim, sua participação assume formas e qualidades distintas, especialmente na fase do início do assentamento. No âmbito daquelas atividades de caráter público, a pesquisa identificou que as mulheres tendem a exercer atividades secundárias. Ou seja, as atividades que demandam decisões políticas na vida do assentamento são de competência dos homens.

Contudo, há mulheres que estão ativamente em todas as atividades realizadas na comunidade: estão na diretoria da associação e organizam ações, por exemplo. Por outro lado, há também aquelas que se recolheram após a conquista da terra ao mundo da casa; e ainda há outras que trabalham em locais como órgãos públicos, dedicando-se ao trabalho doméstico e reprodutivo, conforme expressam em seus discursos: "*Tem algumas das mulheres que luta*

na roça/lavoura, tem muitas que luta pelos seus direitos e muitas que num luta não, não sai de casa" (assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 03/12/2017).

Observando os dados da pesquisa, percebe-se que há um número expressivo de mulheres (14%) que participam da diretoria da associação, ao contrário do percentual de homens, que chega a 4%. Mesmo assim, a mulher não se sente importante no papel que assume na associação. Ademais, não foram criados mecanismos que assegurem a sua participação com mais efetividade no espaço público e de decisão política da vida dos/as assentados/as, mas aqui representado na associação.

A permanência das desigualdades de gênero explica a distância entre a participação de homens e mulheres na associação, que atribuiu papéis diferentes para homens e mulheres na sociedade. Ao masculino cabe o poder político, o mundo público e de decisão sobre a vida do conjunto dos membros da família, incluindo mulher e filhos/as. Ao feminino cabe o espaço da casa, da reprodução da vida social. Há de se considerar que a luta pela sobrevivência e pelo acesso a terra apontam para construção de estratégias de resistência e organização para enfrentar a negação desses direitos. Apesar das mulheres estarem em número maior de participação na associação, os homens têm o maior controle nas decisões do assentamento como Presidente e Vice-presidente, que são cargos considerados mais elevados.

Nessa organização, há certo rompimento das relações desiguais de gênero no momento em que as mulheres enfrentam situações controversas e espaços públicos antes estranhos a sua vida e experiência do cotidiano no assentamento. É nessa lógica que o aprendizado político das lutas sociais

contribui para promover a formação de sujeitos políticos coletivos, em especial a organização das mulheres trabalhadoras rurais no assentamento Papa Mel.

A demanda por outra questão diz respeito à perspectiva política das lutas por terra e educação de qualidade, pois há aqueles que, a partir do processo de enfrentamento, ultrapassam seus objetivos pessoais e aderem ao projeto coletivo. Conforme outros trabalhadores/as rurais, após a conquista da terra, muitos abandonam o processo de organização política. Em relação às mulheres não é diferente. Há mulheres que não valorizam o processo organizativo depois do título da posse da terra. Compreendem que as reuniões não levam a nenhuma conquista, pois com a desapropriação da terra já se conseguiu o necessário para viver, conforme interpreta uma trabalhadora assentada que teve participação nas lutas: *“Tem muitas mulheres que vai pra reunião e assembleia da associação, tem muitas que gosta de participar, agora tem muitas que num gosta não, quando diz assim: vai ter reunião da associação. Aí dizem: só vai conversar besteira”* (Lucinha, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 18/11/2017).

Nessa realidade somam-se as dificuldades do cotidiano da luta pela terra, ligadas ao excesso da jornada dupla do trabalho das mulheres, das atividades reprodutivas, em relação ao espaço dos afazeres doméstico, delimitando sua participação nas atividades comunitárias ou na associação de organização política do assentamento Papa Mel, principalmente de uma pequena parte daquelas que são casadas e mães e têm filhos ainda pequenos. As fadigas das rotinas dos afazeres domésticos e do trabalho extra na lavoura e outros reforçam as desigualdades de gênero e

as limitações daí decorrentes, impostas à vida pública das mulheres do assentamento.

A remontagem da vida e trajetória das mulheres de assentamentos em outros estudos, como aqueles sobre assentamentos rurais, não deixa dúvidas quanto à participação das mulheres e seu papel importante. Portanto, não mantém o seu envolvimento permanente na ação da coletividade e nos momentos decisórios dos assentamentos. Entre os obstáculos e determinações pode-se investigar: como as mulheres podem encontrar tempo para sua participação de qualidade se exercem uma dupla jornada de trabalho e seus afazeres junto aos companheiros? Como a mulher se vê nesse processo de enfrentamentos diário? Muitas mulheres não se identificam com o espaço público, atribuindo isso à falta de uma carteira na associação, seu maior impedimento à participação, como é taxativo no depoimento de D. Maria Alves: *Porque eu não fiz a minha carteira ainda, mas ajudo né, eu não tenho carteira, mas a gente ajuda em tudo, precisando um dinheiro à gente dar um pouco* (D. Maria Alves, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 22/11/2017).

A carteira da associação é para a identificação coletiva que todos do assentamento, pois é um documento da organização comunitária e de demais assentamentos, significando inclusão e pertencimento àquela agremiação política. Ter essa carteira significa ter “identidade diferenciada” da participação por excelência de decisões. Algumas das mulheres acreditam que só devam ter a participação as pessoas que possuam esse documento de tal valor. Provavelmente, há razões externas que reforçam tal entendimento por parte de algumas das mulheres. As políticas de construção dos assentamentos rurais às vezes

impõem certas regras que acabam discriminando quem não tem seu nome no cadastro da instituição para receber o lote.

Nessa lógica da dimensão, há depoimentos, tanto de homens como de mulheres, que afirmam que a pessoa com nome no cadastro do INCRA é que têm todos os direitos no assentamento, inclusive o de participar da associação e outras reuniões. São tipos de sócios titulares/ vitalícios, que têm direito a voz e voto no assentamento. Com essas condições, as mulheres são consideradas dependentes dos companheiros/maridos, promovendo um empecilho à sua participação mais efetiva, pois somente titulares tem direito a voto.

Observa-se que, apesar da presença de elementos sinalizadores de tutela e subordinação, o número de mulheres que participam das atividades da associação é expressivo, apresentando um percentual que chega a mais de 50% em algumas reuniões. Esse dado vai diminuindo principalmente quando se refere à participação em cargos na diretoria de associações, com um percentual apenas de 10%. Contraditoriamente, quando se refere aos cargos políticos na localidade, ou em Unai, as mulheres têm uma participação tímida que não é possível de se manifestar, não sendo, pois, tão valorizadas quanto os homens. Nota-se que sua participação nas atividades da associação é expressiva, chegando à metade dos participantes. Outro dado que reforça a discrepância de gênero refere-se aos cargos de maior concentração. Na associação do PA Papa Mel nenhuma mulher chegou ao cargo de presidente ou tesoureira; apenas secretária ou membro do Conselho Fiscal, e existe um número expressivo da participação das mulheres na associação.

Todavia, em que mensurem as desigualdades de gênero na condução dos processos organizativos na dinâmica do assentamento, a pesquisa mostra que aproximadamente 50% das mulheres participam de todas as assembleias, enquanto 38% apenas de algumas. Quanto à participação dos homens, o percentual dos que participam de todas as assembleias chegou a 62% e a participação em apenas algumas é de 32%. Isso demonstra que não há uma grande diferença entre a participação de homens e mulheres nas atividades da associação. As mulheres demonstram valorizar esse espaço público de inserção política e cidadania, apreendido nas lutas sociais pela terra, principalmente no momento do acampamento. Sendo assim, a experiência da luta pela terra contribuiu para um conhecimento da coletividade participativa, propiciando uma maior motivação e entendimento da organização comunitária, apesar de ainda ser insuficiente para assegurar a cidadania política e pública das mulheres assentadas.

Durante a pesquisa de campo, no momento das entrevistas individual ou na coletividade, quando questionados/as sobre a importância da presença das mulheres participarem da associação, alguns depoimentos demonstraram certos pontos de vista bem diferenciados. Havia mulheres que se referiam à liberdade de participação tanto nas atividades comunitárias, quanto nas ações do assentamento, evidenciando a compreensão que o seu companheiro tem da sua atuação no espaço público, como mostra o depoimento abaixo:

Ele concorda acha bom eu ir, ele nunca me empatou de ir em qualquer lugar, assembleia nenhuma. Até pra Belo Horizonte eu já fui sozinha, sem

Tião, umas duas vezes. Teve uma vez que fui só eu de mulher e uns cinco ou seis homens. Tião nunca empatou de ir, se ele empatasse eu ia (Claudia, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 09/11/2017).

Há, também, as mulheres que acham que faltam mecanismos de inclusão da participação delas na vida do assentamento, expressando o desejo de ter atividades específicas para elas, e incluindo que a associação é fundamental no acesso às políticas públicas do governo para o assentamento, conforme expresso no depoimento de Dona Verinha, a seguir.

Já fui muitas vezes, é muito difícil chamarem as mulheres pra ir sempre tem outras coisas pra fazer; é muito difícil mesmo, e os homens mesmo [...] De primeiro as mulheres iam, acabou assim ninguém ia mais para lá [...] Os homens não ajudam pra as mulheres irem. Mas se as mulheres daqui fossem e tivessem a reunião, eu ia sempre [...] se aprende muita coisa indo pra associação (Verinha, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 17/11/2017).

Na realidade, nas práticas das políticas dentro do assentamento há certa limitação à participação das mulheres, ao que se atribui algumas causas. Muitas têm receio e insegurança de falar em público, pois não foram preparadas para tal. Os homens, por estarem na direção,

às vezes de forma involuntária, penalizam sua participação, podam suas falas e não valorizam tanto sua opinião. Além disso, segundo as mulheres, eles marcam algumas assembleias e reuniões em horários impróprios, quando estão mais ocupadas com as tarefas domésticas.

No entanto, há sinais de mudanças, embora não sejam generalizadas as ações, na medida em que há os que recorrem ao processo democrático e solidário, incluindo a participação de todas as pessoas do assentamento local, inclusive os/as jovens, como forma de alcançar uma melhor qualidade de vida para todos. Esse é o sentido da vida do assentamento. As falas de D. Aurora e Sr. Pedro são representativas desse pensamento de inclusão política da família:

Os homens apoiam, eu sei que é muito bom todo mundo unido aqui, cada um tem a sua participação uns vão mais que outros, tanto as mulheres quanto os homens e eu creio que os homens não dizem nada não das mulheres, até porque nós lutamos tudo junto mesmo, foi o marido/companheiro junto com as mulheres e agora seria muito bom que as mulheres participarem junto com os maridos na associação, mas nem todas vão. (Aurora, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 17/11/2017). Da mesma maneira que homem tem direito de viver aqui e tem responsabilidade, as mulheres também têm e pode participar. Inclusive, porque com essa nova Constituição de 1988 que foi criada, com essa nova mudança que houve,

os direitos são iguais para todos (Sô Pedro, assentado, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 17/11/2017).

No que se refere ao exercício de cargos na direção da associação, cabem às mulheres o posicionamento que reforça as discrepâncias de gênero, voltados para as rotinas administrativas: secretária, 2ª tesoureira, membro do conselho fiscal e outros. Isso se deve em parte ao fato de mulheres possuírem um grau maior de escolaridade que os homens; inclusive, algumas das mulheres exercem cargos em Unaí, nas fazendas nas proximidades e outras nas próprias escolas em que os filhos estudam, tendo em vista que esses cargos exigem conhecimentos específicos de redação e contabilidade básica: as quatro operações da matemática e noções de como preencher documentos contábeis, recibo, cheque, balancete, prestação de contas, livro caixa, etc. Na grande maioria das mulheres do assentamento, observa-se facilidade com a documentação devido aos estudos. Aliado a isso, se reforça o lugar comum de que as mulheres são mais aceitas às tarefas minuciosas e organizativas do assentamento.

Essa questão lança luz para indagar sobre a partilha de poder dentro da associação. As tarefas assumidas pelas mulheres tendem a ser uma extensão das atividades domésticas, para as quais elas estariam mais preparadas, teoricamente: administração cuidadosa, serviço burocrático, como exigências de contas bancárias, organização da documentação para prestação de contas, anotações de detalhes minuciosos, como participação em reunião das escolas dos filhos e netos etc. Já os homens ficam livres para

desenvolver as ações políticas e outros assuntos de demanda do assentamento, como, de negociação, de coordenação, de diálogo com o poder público, principalmente com a prefeitura de Unaí e outras instâncias, de planejamento, de estratégias etc. As mulheres tendem a serem as secretárias; os homens os presidentes, tendo, pois, o maior poder de decisão.

Na Associação do assentamento Papa Mel, a alguns dos homens coube também o cargo de tesoureiro, mas as mulheres têm maior participação em outros cargos, pois sutilmente os homens não admitiram que as mulheres controlassem, nem administrassem os recursos financeiros existentes, pois esses funcionavam como um batalhão de poder. O poder está condicionado aos homens. Nos 12 anos de criação da associação de assentamento houve registro da mulher secretária e de presidenta nas gestões da associação por um curto período. Conforme já assinalado, a participação das mulheres nesse assentamento é restrita na direção da associação, onde predomina o domínio masculino. Há uma distribuição desigual em relação do poder entre os sexos. Para Abramovay e Rua (2000, p. 277) comportamentos dessa natureza foram construídos “a partir de um forte embasamento em um código de valores que organiza as relações entre os indivíduos de ambos os sexos e incluem, entre seus componentes, a subordinação feminina e a circunscrição da mulher as responsabilidades reprodutivas”.

Desse caminho de análise, a identidade social da mulher e do homem é construída historicamente, naturalizando suas atribuições e papéis na sociedade. “A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os

terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 8). Assim, a autora indica que a sociedade investe muito na naturalização desse processo. Isto é: tenta fazer crer que as tarefas domésticas fazem parte da capacidade da mulher de ser mãe. Nesse contexto, é espontâneo que a mulher se dedique aos afazeres domésticos. “Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se as características naturais dessas funções iguais” (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Nesse sentido, as relações de gênero, como relações de domínios, são instáveis. As mulheres estão desprendendo processos de libertação política na direção da conquista de sua cidadania. O exercício de participação em grupos comunitários e movimentos sociais contribuem para a descoberta do mundo público e da sua capacidade de proposição, intervenção e decisão. A independência política das mulheres disponibiliza a construção de novos valores e a transformação nas relações desiguais das suas influências. Todavia, as mulheres do assentamento Papa Mel ainda têm muito a atravessar no sentido da sua emancipação político organizativo, mas na medida em que elas começarem a participar de grupos específicos de trabalhos, trocarem experiências de vida, discutirem suas dificuldades, desejos, desafios, dúvidas e alegrias com mulheres de outros assentamentos, reunindo um novo conjunto de tentativas e saberes, contribuirão para alterações em suas vidas, de suas famílias e na comunidade que estão inseridas.

A participação em movimentos sociais voltados para as mulheres, sejam independentes, ligados ao movimento sindical ou ao MST, tem auxiliado para que as trabalhadoras rurais

construam sua autenticidade coletiva e política, alcançando reconhecimento público e político, com seus direitos e espaços na sociedade. Investir na organização das mulheres através dos grupos de conhecimentos e de base é criar as condições para um discernimento das suas condições de vida no mundo, desenvolvimento para sua capacitação técnica e política, planejando, assim, a emancipação no seu domínio material, cultural, social, político e econômico, ao mesmo tempo em que sua organização volta-se para a extinção das distinções de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta pesquisa efetivou-se nos fundamentos relacionados aos movimentos sociais, às mulheres e às ações coletivas em projetos de assentamento no Noroeste de Minas no município de Unaí/MG. O desenvolvimento traz a concepção dos movimentos sociais das mulheres em suas lutas e ações da coletividade, que são vias fundamentais para solucionar problemas individuais e coletivos, intensificar o sentimento de pertencimento a um grupo e, por extensão, contribuir para o desenvolvimento social, econômico e político do assentamento Papa Mel.

No interior dos movimentos sociais, os espaços de vivências são criados para tornarem-se espaços de sociabilidades nos quais se podem praticar novas ações educativas. Além disso, podem ser criados também para se tornarem espaços de conservação das caducas relações sociais da sociedade classista e patriarcal.

Entretanto, cabe ressaltar que a consciência da opressão de gênero e o debate no interior do movimento foi resultado de tensões e conflitos

os quais revelam, sobretudo, o antagonismo das mulheres. Além do mais, são elas que vão dando conta da necessidade de impulsionar o debate e, ao mesmo tempo, alicerçar o reconhecimento de seus direitos, demandando novas formas de tratamento e comportamento na produção da vida social, cultural e política nos assentamentos, nas instâncias, nas ações e na rotina do movimento e da sociedade brasileira em geral.

A organização do trabalho diferencia-se no MST, em conformidade com a formação cultural e política de cada comunidade assentada. No entanto, a partir das experiências, o movimento vem analisando que, culturalmente, persistem relações assimétricas entre os gêneros. Comumente, serão os homens a assumir a vida econômica da família e a vida coletiva dos assentados, enquanto as mulheres têm uma participação inferior e marginalizada. Assim, entende-se que, tanto no cotidiano quanto na macroestrutura da sociedade, há uma opressão sobre as mulheres. Diante disso, o coletivo de mulheres sem terra passou a demandar a definição dos riscos das políticas de gênero para o conjunto da sociedade.

A partir do trabalho coletivo de gênero, se procurou a conscientização sobre os direitos das mulheres e a necessidade de agregar a representação feminina em todos os espaços e diversidades. Com isso, passou-se a desenvolver diversas ações e lutas para conquistas de direitos das mulheres trabalhadoras do Campo, tais como: direitos à previdência social, a terra, à saúde e à educação, entre outros. Tais ações foram pedagógicas para todos os seus membros e, essencialmente, para as mulheres, pois, como diz o MST, “a luta educa”.

A política igualitária entre homens e

mulheres é um dos elementos que expressa à participação, os níveis e as formas de poder. Contudo, no MST se entende que há outros fatores, quais sejam: os circunstanciais existentes nas relações econômicas e de trabalho. Isso quer dizer que as relações entre os proprietários e não proprietários, entre quem trabalha e quem não trabalha, entre quem participa e quem não participa de quem tem condições econômicas e tempo para participar. É necessário reinventar o modo de organizar a vida para abrir possibilidades para que as mulheres participem e se façam representar. É preciso reeducar os homens e mulheres e a sociedade para irem se responsabilizando pela educação das crianças e não jogar a total responsabilidade sobre as mulheres. É necessário repensar os papéis sociais que homens e mulheres estão desenvolvendo e a importância de construir outros valores na sociedade.

As experiências vivenciadas entre as pessoas do Assentamento PA Papa Mel apresentam riqueza na dinâmica adquirida com o tempo e possibilita a coletividade que as mulheres exercem de maneira clara e objetiva, em busca da sobrevivência. Cada família chega de locais diferentes, carregando a sua cultura, religiosidade e seus valores; ao mesmo tempo, pela união em defesa da terra, buscam uma dinâmica de organização, atribuída principalmente às mulheres e à contribuição na militância. Dessa maneira, é importante dar voz a quem sempre não conseguia expressar o sentimento pertencente ao lugar, mesmo sendo assentado.

Por meio da ação da pesquisa é também uma maneira que a mulher tem de reconhecer o seu espaço de luta no assentamento, por educação de qualidade, pela venda dos produtos alimentícios,

transporte escolar e outras demandas existentes e para a construção coletiva de referências com o intuito de alcançar mudanças de atitudes em relação à construção de políticas públicas para mulheres assentadas, consentindo espaços de diálogos sobre as mulheres e a luta por terra.

Osmovimentossociaisdaterrademonstram preocupações e têm buscado artifícios para constituir espaços, fóruns, documentos, lutas sociais e vivências que apontem para essa construção, mesmo que tais iniciativas e debates ainda sejam vistos como incipientes frente aos objetivos que se pretende alcançar. A organização de um setor interno que fomenta o debate sobre as organizações de grupos de mulheres, reuniões de casais, seminários, palestras, definição de linhas políticas sobre gênero e o trabalho educativo

voltado à inserção social da mulher enquanto ser ativo socialmente é de grande importância.

Nossa perspectiva é que essa pesquisa contribua com as mudanças para os movimentos sociais de luta pela terra e, especificamente, com os assentados do PA Papa Mel, além, é claro, com aqueles da comunidade acadêmica interessados e pesquisadores da área. Acredita-se que foi possível trazer para o espaço acadêmico histórias reais, com mulheres que começam a mudar os cenários dos assentamentos, o que contribui para que os movimentos sociais e a questão da mulher na sociedade sejam ainda mais difundidos. Afinal, não pode haver apenas preconceito; é preciso que se façam cumprir as políticas públicas já existentes voltadas para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; SILVA, R. da. **As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG)**. In: ROCHA, M. I. B. da (Org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 347-375.

ARAÚJO, Severina Garcia. **O PRONERA e os Movimentos Sociais: Protagonismo do MST**. IN: ANDRADE, Márcia Regina, et al. A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: Uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa: Brasília: PRONERA, 2004.

COLETIVO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MST. Dossiê – MST Escola – Documentos e Estudos 1990-2001. **Caderno de Educação**. n. 13 – edição especial, Veranópolis, RS: Iterra, 2005.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

FONSECA, Neide Aparecida. **Ética, Direitos e Relações de Gênero no Trabalho – A Recriação do Sentido do Trabalho do Ponto de Vista dos Direitos Humanos**. IN: COSTA, Ana Alice, OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de, LIMA, Maria Ednalva Bezerra de e SOARES Vera (Orgs). Reconfiguração das relações de Gênero no Trabalho. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

NOBRE, Miriam. **Trabalho Doméstico**. IN: COSTA, Ana Alice, OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de, LIMA, Maria Ednalva Bezerra de e SOARES Vera (Orgs). Reconfiguração das relações de Gênero no Trabalho. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **Reengenharia do Tempo**. Coleção Ideias Contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

PAIVA, Irene. **Escolaridade, Exclusão e Participação no PRONERA**. IN: ANDRADE, Márcia et al. A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: Uma avaliação do Programa Nacional de Educa-

ção na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

TORRES FILHA, Francisca Gomes. **Gênero e Agricultura: O trabalho feminino na comunidade rural de Santa Cruz-RN**. Dissertação (Dissertação em administração) – UERN. Rio Grande do

Norte, p.100-104, 2002.

UNESCO. **Pesquisa Relações de Gênero em Assentamentos Rurais**. Brasília, 2000.

<https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 28 de set. 2017.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 29 de set. 2017.